

Editorial

UMA PROVA A SER TIRADA

Depois das rebeliões em presídios, manifesta-se outro aspecto da crise da segurança pública no país: a rebelião de agentes da ordem, como os policiais militares, que entraram em greve no Espírito Santo.

O patrulhamento nas ruas está deixando de ser feito porque as famílias dos policiais militares, reivindicando reajustes salariais, impedem a saída das viaturas nas portas dos quartéis. Por isso, o governo trocou o comando da PM.

A falta de policiamento causou uma onda de violência no último fim de semana. Houve registros de assassinatos, saques e roubos. Ontem, o governo suspendeu as aulas e o atendimento nos postos de saúde.

Os ônibus circularam só até as 16h. Parte do comércio fechou as portas em Vitória e outras cidades. O governo pediu ajuda federal, que autorizou o envio da Guarda Nacional e de militares das Forças Armadas.

A Justiça declarou a greve ilegal. Segurança pública é questão de segurança nacional e não pode ser submetida a interesses corporativos, por mais legítimos que sejam, declarou o secretário de Segurança.

A situação reflete a crise dos Estados, da qual o Espírito Santo é uma exceção. Em vez de negociar a dívida com a União, o governo resolveu fazer o ajuste das contas públicas, reduzindo drasticamente as despesas.

Há dois anos o funcionalismo público não tem aumento. O pagamento do pessoal está em dia, as contas, equilibradas, mas o governo não tem dinheiro sobrando, por causa da queda na arrecadação, para dar aumento.

Graças a essa política, o Estado – um dos poucos que não pediu ajuda à União – saiu de déficits em 2013 e 2014 para superávit em 2015. Para o governador Paulo Hartung, o problema não é a dívida, mas a folha de pessoal.

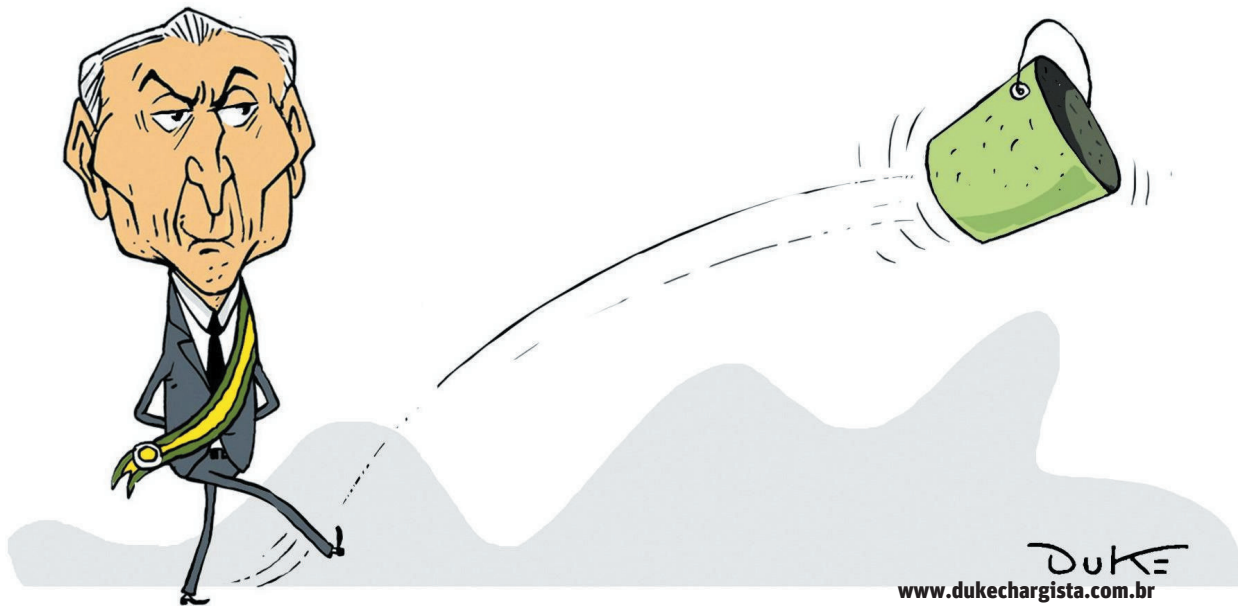
Os Estados brasileiros enfrentam um dilema. Não sairão da crise se não fizerem o ajuste fiscal, enfrentando as corporações. As policiais são, talvez, as mais fortes. Carece de ter coragem. O Espírito Santo é uma prova.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR Vittorio Medioli	
PRESIDENTE Laura Medioli	
VICE-PRESIDENTE Marina Medioli	
DIRETOR EXECUTIVO Heron Guimarães	
GERENTE COMERCIAL Alessandra Soares	EDITORA EXECUTIVA Lúcia Castro
GERENTE DE TECNOLOGIA Fábio A. Santos	SECRETÁRIA DE REDAÇÃO Michele Borges da Costa
GERENTE INDUSTRIAL Guilherme Reis	ADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO Murilo Rocha
GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO Walmir Prado	CHEFE DE REPORTAGEM Renata Nunes
GERENTE DE MARKETING Monique Araki	EDITORES Opinião: Victor de Almeida Economia: Karlon Aredes Magazine: Milton Luiz (interino) Brasil/Mundo/Interessa: Aline Reskalla Política: Ricardo Corrêa Esportes: Denner Taylor Cidades: Marina Schettini Primeira: Frederico Duboc Fotografia: Rejane Araújo
GERENTE DE CIRCULAÇÃO Isabel Santos	

O.PINIÃO

Duke



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica
fatimaoliveira@ig.com.br

Contratados e conveniados com o SUS vendem serviços ao SUS

Filantrópicos não prestam serviços caritativos a ninguém

A “compra de serviços de atenção à saúde” no Brasil, quando os serviços próprios são insuficientes para cobrir a demanda, data da década de 30, época da criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) por Getúlio Vargas, em substituição às Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), fundadas pelo movimento sindical. Os IAPs fizeram seus próprios hospitais, mas contratavam serviços médicos particulares para seus filiados – um modelo de contratação de serviços privados que marca o começo da chamada “medicina de grupo”, os convênios com empresas de assistência médica.

Contextualizando: “Em 1966, a junção dos IAPs deu origem ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), englobando todos os empregados com carteira assinada que recebiam assistência médica dos serviços do INPS, em hospitais e ambulatorios. Em 1974, foi criado o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps) para atender segurados do INPS. Naquela época, a capacidade instalada de hospitais próprios cobria apenas 30% dos segurados; então, terceirizou-se a assistência médica, via convênios com serviços privados e filantrópicos – os, à época, chamados ‘credenciados do Inamps’.

“O Inamps, extinto em 1993, foi o alicerce, desde 1990, do hoje SUS para prover atenção à saúde a todo o povo brasileiro, independentemente de comprovação de ser contribuinte do INSS, acabando com a figura do indigente na saúde” (“Atenção à saúde: das caixas de aposentadoria e pensões ao SUS”, O TEMPO, 5.6.2012). Tro-

cando em miúdos, hoje no Brasil, o SUS paga todo e qualquer atendimento/procedimento realizado na rede pública de saúde e em serviços conveniados ou contratados pelo SUS! Os hospitais filantrópicos e os sem fins lucrativos não prestam serviços caritativos a ninguém no Brasil: recebem por toda atenção prestada.

Está na Constituição Federal de 1988: “Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada. §1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de

Insistem em posar de “casas de caridade”, com o discurso de que “o governo não ajuda”! Nada mais falso! A rigor, são empresas que ganham pelos serviços

Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos”. Foi reiterado na Lei 8.080/1990: “Art. 25: Na hipótese do artigo anterior, as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferência para participar do Sistema Único de Saúde”. E no art. 24: “Quando suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde poderá recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada”.

Hoje, os filantrópicos, a exemplo de Santas Casas e similares, são responsá-

veis por mais de 50% da atenção à saúde no SUS. É revoltante a insistência de filantrópicos em posar de “casas de caridade”, com o discurso de que “o governo não ajuda”! Nada mais falso! A rigor, são empresas de serviços médicos que ganham pelos serviços prestados, além do que auferem benefícios de grande vulto que os ditos serviços privados não acessam, tais como: têm preferência como serviço complementar ao SUS, não pagam impostos e acessam recursos financeiros a fundo perdido, por aí...

Quase 100% dos hospitais filantrópicos e sem fins lucrativos no Brasil vivem “quebrados”. Contraditoriamente, as famílias aboletadas na administração de tais serviços são muito ricas! E digo “famílias” porque os hospitais filantrópicos no Brasil, incluindo as Santas Casas de Misericórdia que não respondem à autoridade da Igreja Católica, são capitânias hereditárias, um mundo estranho.

DUKE

